

CONTRIBUIÇÕES E CONSEQUÊNCIAS DO TROPEIRISMO PARA O DESENVOLVIMENTO FÍSICO-TERRITORIAL DE GUARAPUAVA E REGIÃO

PUSSININI, Nilmar²

RESUMO: Discutir as contribuições históricas, sociais, culturais e econômicas do Tropeirismo em Guarapuava e na Região Centro-Sul do Estado do Paraná, sobretudo no Século XIX, são algumas das intenções do texto aqui apresentado. Também se pretende desvelar as consequências de tal prática na relação natureza-sociedade, propondo uma leitura da configuração do ambiente urbano e rural a partir da ótica da sociedade campeira, protagonista da produção do espaço nesse recorte temporal. O Tropeirismo – prática correlata ao transporte de animais ou de mercadorias de uma região para outra – se apresenta como uma importante ferramenta para a compreensão da apropriação e da produção do espaço nessa região do Paraná. Importante prática econômica e cultural o tropeirismo influenciou na configuração da sociedade, na dinâmica da economia e da natureza. Far-se-á nesse sentido, uma descrição dos principais fatos, características e objetivos das atividades ligadas à sociedade campeira e consequentemente do tropeirismo, tal como serão abordados os reflexos da prática relacionada à criação e transporte de tropas bovinas para o meio urbano, em estágio inicial de instalação nesse contexto, bem como para o meio rural e as comunidades em questão.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional; Tropeirismo; Práticas Sociais no Ambiente Natural.

CONSEQUENCES AND CONTRIBUTIONS OF “TROPEIRISMO” FROM THE DEVELOPMENT PHYSICAL AND TERRITORIAL TO GUARAPUAVA AND REGION

ABSTRACT: To discuss the historical, social, cultural and economic contributions of Tropeirismo in Guarapuava and in the Center-South Region of the State of Paraná, especially in the 19th Century, are some of the intentions of the text presented here. It is also intended to reveal the consequences of such practice in the relationship between nature and society, proposing a reading of the configuration of the urban and rural environment from the perspective of the traditional society, protagonist of the production of space in this temporal cut. Tropeirismo - a practice that is related to the transport of animals or goods from one region to another - is an important tool for understanding the appropriation and production of space in this region of Paraná. Important economic and

¹Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Secretário Municipal de Agricultura da Prefeitura Municipal de Candói – PR, 2016. E-mail: nilmar6@hotmail.com.

cultural practice, Tropeirismo influenced the configuration of society, the dynamics of the economy and nature. In this sense, a description of the main facts, characteristics and objectives of the activities related to the climbing society and consequently of the tropeirismo will be addressed, as will be approached the reflexes of the practice related to the creation and transport of bovine troops to the urban environment, in stage of installation in this context, as well as for the rural environment and the communities in question.

Keywords: Regional Development; Tropeirismo; Social Practices in the Natural Environment..

INTRODUÇÃO

O processo de apropriação social da natureza implica no conjunto de interações entre sociedade e natureza, envolvendo o ambiente físico, econômico, social e cultural. Guarapuava nasceu de um projeto colonizador que visava legitimar a posse da terra para a coroa de Portugal, além de expandir a já tradicional sociedade campeira, estabelecida nos campos gerais do segundo planalto da então província do Paraná.

O colono lusitano, ou seja, o desbravador empenhava-se em tornar o território habitado e civilizado nos padrões europeus, ainda desejava garantir a posse do território a oeste da 5ª Comarca de São Paulo para poder explorar os recursos naturais abundantes dessa região, como evidenciado:

A ocupação da região de Guarapuava e a organização desse espaço produtivo é a expressão geográfica da expansão da estrutura econômica dependente e exportadora, que se apropria tanto dos recursos naturais como do trabalho da população local a fim de atender os interesses do mercado que integra” (SILVA, 1995, p. 45).

Os instrumentos, técnicas e relações de trabalho estabelecidas demonstram a dependência e subordinação daquela sociedade ao ritmo da natureza, o pôr-do-sol definia a hora de recolher, o poço e a mina eram os únicos meios de abastecimento de água e os animais, gados e cavalos eram comuns nas ruas, coexistindo naturalmente. Porém *esse fato não foi suficiente para que esses grupos criassem os vínculos necessários para saber respeitar o tempo da natureza* (GOMES, 2009, p. 98). Desta forma, o uso e a apropriação da terra priorizaram a concentração das riquezas e a exploração intensiva dos recursos existentes.

A cidade, nesse contexto, foi seguindo as transformações econômicas, projetando no seu espaço as mesmas diferenças sociais verificadas no campo, ou seja, a relação hierárquica entre os grupos étnicos, configurando assim uma estratificação social.

O período que compreende a conquista dos campos de Guarapuava até 1930

configura-se por uma trajetória integrada ao contexto regional do Estado do Paraná, sendo que não há como desconectar os processos ocorridos nesse período daquelas em que viveu o espaço paranaense enquanto pertencente a São Paulo. Isso porque Guarapuava, assim como outras localidades do estado, viveu nesse período uma economia periférica, voltada às demandas externas de abastecimento dos grandes centros do país, esse modelo de economia adotado não foi capaz de acumular recursos locais para se criar uma autonomia, e assim poder superar momentos de crise, como ocorreu posteriormente com a crise do tropeirismo e da erva-mate.

A CONQUISTA DOS CAMPOS DE GUARAPUAVA

Os eventos e processos relacionados ao desenvolvimento físico-territorial do que atualmente é delimitado como Guarapuava podem ser percebidos em praticamente todo o centro-sul paranaense. Esse fato faz referência às dimensões territoriais que Guarapuava detinha, e que somente a partir da segunda metade do século XX, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990 com os numerosos desmembramentos ocorridos que houve uma alteração nesse cenário de ampla extensão territorial.

Desta forma, o escrito que aqui segue pretende trazer a luz as contribuições e conseqüências da primeira, e talvez, a mais importante atividade econômica desenvolvida da região dos campos de Guarapuava, o Tropeirismo.

O termo Tropeirismo faz referência ao transporte de animais ou de mercadorias em lombo de animais de uma região para outra, no caso específico do sul do Brasil e conseqüentemente da região de Guarapuava esta atividade era atribuída as rotas de transporte de animais, sobretudo de origem bovina, das regiões do extremo sul brasileiro (Santa Catarina e Rio Grande do Sul), para as feiras de comercialização e beneficiamento que eram predominantes no Estado de São Paulo, principalmente em Sorocaba.

A figura do tropeiro, ou seja, do condutor ou dos condutores das tropas também teve uma grande representatividade para o desenvolvimento da região, pois a eles eram atribuídas outras funções políticas e econômicas o que os colocavam em destaque na sociedade recém estabelecida.

As discussões que se seguem fazem uma alusão concomitante às formas de apropriação social da natureza na região de Guarapuava, e irão tratar, portanto, de como o fator social aqui representado pelo colonizador e os primeiros latifundiários da região se apropriaram e fizeram uso dos recursos naturais visando atingir seus objetivos de desenvolvimento econômico de ampliação de territórios.

O tropeirismo foi sem dúvida uma atividade pioneira e de grande importância para a compreensão da configuração atual da região em questão, tanto no aspecto econômico como no cultural, social e ambiental.

Tal atividade também tem grande relevância para responder aos questionamentos ligados aos modos em que as áreas urbanas se constituíram na região, igualmente para elucidar a configuração e dinâmica rural deste espaço, pois as práticas pioneiras como o tropeirismo refletem e deixam marcas no espaço e nas sociedades podendo as conseqüências serem percebidas em distintos recortes temporais.

Assim justificam-se tais reflexões acerca da investigação desta atividade tão importante para o entendimento da configuração atual de Guarapuava e região, buscando aqui identificar as principais características e objetivos da atividade campeira e de seus protagonistas, juntamente as razões do auge e do declínio de tal atividade.

COLONIZADORES E SUAS INTENÇÕES

O contexto histórico da atividade tropeira na região de Guarapuava se deu entre 1819 e 1860, coincidentemente com o período da chegada dos primeiros colonizadores na região e a fundação da primeira vila a Freguesia Nossa Senhora de Belém que posteriormente serviria de base para a expansão da cidade.

Guarapuava nasceu de um projeto colonizador que visava legitimar, ou seja, garantir a posse da terra para a coroa de Portugal, tendo em vista à subordinação, nesse contexto de meados do século XIX, do território nacional a coroa portuguesa.

Assim a intenção dos colonizadores da região era de garantir a ocupação e posse das terras nessa região até então inexplorada além de expandir a já tradicional sociedade campeira, estabelecida nos campos gerais do segundo planalto da então província do Paraná, principalmente na região de Ponta Grossa, onde tal sociedade se estabeleceu com representatividade política e econômica.

O colono lusitano, ou seja, o desbravador empenhava-se em tornar o território habitado e civilizado nos padrões europeus, ainda desejava garantir a posse do território a oeste da 5ª Comarca de São Paulo para poder explorar os recursos naturais abundantes dessa região, como evidenciado:

A ocupação da região de Guarapuava e a organização desse espaço produtivo é a expressão geográfica da expansão da estrutura econômica dependente e exportadora, que se apropria tanto dos recursos naturais como do trabalho da população local a fim de atender os interesses do mercado que integra (SILVA, 1995, p. 45).

Os instrumentos, técnicas e relações de trabalho estabelecidos demonstram a dependência e subordinação daquela sociedade ao ritmo da natureza, o pôr-do-sol, por exemplo, definia a hora de recolher, do encerramento da jornada de trabalho, pois sem a devida iluminação proporcionada pelos raios solares as atividades não poderiam prosseguir, além disso o poço e a mina eram os únicos meios de abastecimento de água e os animais, gado e cavalos eram comuns nas ruas, coexistindo naturalmente. Porém *esse fato não foi suficiente para que esses grupos criassem os vínculos necessários para saber respeitar o tempo da natureza* (GOMES, 2009, p. 98). Desta forma, o uso e a apropriação da terra priorizaram a concentração das riquezas e a exploração intensiva dos recursos existentes.

Como foi parte de um projeto de conquista regional, a cidade de Guarapuava nasceu com um planejamento inicial, esboçado em seu primeiro plano diretor observado no Formal de fundação da freguesia, no qual o Padre Francisco Chagas Lima e o Tenente Antonio da Rocha Loures estabelecem os primeiros critérios das edificações:

Capítulo I

[...] Portanto, As casas todas que nella se levantarem, serão separadas uma das outras, cobertas de telhas, e a povoação cercada de trincheiras ou fossos, [...] que nenhuma das ruas da povoação tenha menos de cem palmos de largura, que as paredes das casas sejam feitas de pedras ou taipas de pilão, [...] e nem uma tenha de altura na frente menos de 15 palmos.

[...]

Capítulo II

Determina sua Majestade na sobredita carta Régia que em todas as povoações que se forem erigindo nesta conquista, se houvesse de deixar uma língua de campo e matos para logradouro comum. (KRÜGUER, 2007, apud GOMES, 2009 p. 148).

Nota-se a preocupação com a arquitetura das casas, que como visto deveria seguir as características coloniais semelhantes às demais vilas de São Paulo. Outro elemento diz respeito às trincheiras que deveriam acompanhar a povoação, denotando o temor por prováveis ataques indígenas, merece destaque este fato, pois eram constantes as atritos entre colonizadores e indígenas, como verificado na Figura 01 – Defesa do Fortim Atalaia, quando os desbravadores tiveram que resistir aos “ataques” dos indígenas das proximidades da então Freguesia Nossa Senhora de Belém.

O protagonismo de Guarapuava enquanto cidade só foi acontecer de fato, na segunda metade do século XX, após um conjunto de processos econômicos, políticos e culturais. Isso porque, até esse período, a cidade foi um apêndice do campo, ou seja, era uma parte anexada do meio rural. O modo de vida dos cidadãos estava atrelado ao ritmo da sociedade campeira que, com a crise de 1929, entrou definitivamente em decadência.

Entre a fundação da Freguesia Nossa Senhora de Belém, em 1919, até o momento de crise da tradicional sociedade campeira, em 1930, uma série de acontecimentos foram determinantes na mudança da rotina dos cidadãos. Destacam-se a inserção na rota do tropeirismo, com a estrada das missões em 1844, a elevação de Freguesia para Vila, em 1852, e a instalação de equipamentos urbanos, como escolas, hospital e teatro entre o final do século XIX e início do XX. (GOMES, 2009).

O cotidiano urbano não mostrava dinamismo até a abertura da Estrada das Missões, em 1844, fato que integrou Guarapuava a rota comercial do gado, entre o Rio Grande do Sul e a Feira de Sorocaba em São Paulo.

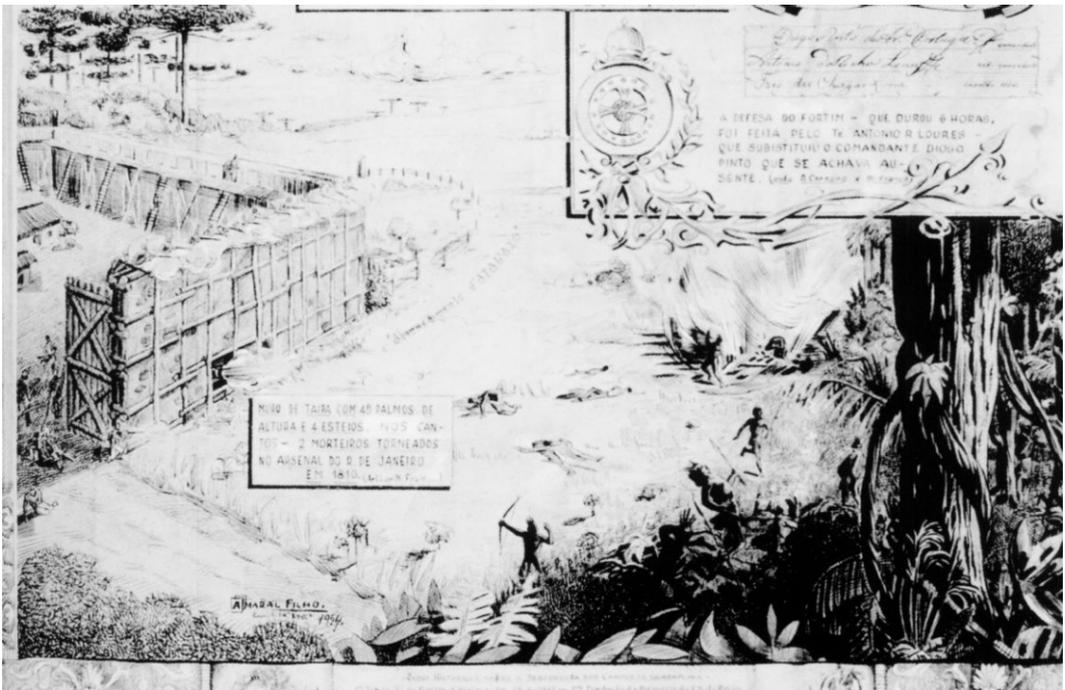


Figura 01: Defesa do Fortim Atalaia.

Fonte: TURRA NETO, N. 2008.

Desta forma, segundo GOMES, 2009, o tropeirismo permitiu ampliar o capital do fazendeiro local, a partir do comércio das tropas, do aluguel das invernadas e de outros serviços. Contribuiu também para a estratificação social entre os grupos, mas ao mesmo tempo dinamizando a vida local, pois, os fazendeiros que possuíam suas casas na cidade, e as ocupavam somente em ocasiões especiais, como festas religiosas e outras celebrações, passaram a participar mais ativamente dos acontecimentos do meio urbano, fato este que culminou na elevação da Freguesia à Vila, pela Lei nº 12 de 1852.

A cidade, nesse contexto, foi sendo estabelecida seguindo as transformações econômicas verificadas no campo, projetando no seu espaço as mesmas diferenças sociais do meio rural, ou seja, a relação hierárquica entre os grupos étnicos, configurando assim uma estratificação social intensa.

O período que compreendeu a conquista dos campos de Guarapuava configurou-se por uma trajetória integrada ao contexto regional do Estado do Paraná, sendo que não há como desconectar os processos ocorridos nesse período daquelas em que viveu o espaço paranaense enquanto pertencente a São Paulo. Isso porque Guarapuava, assim como outras localidades do Estado, viveu nesse período uma economia periférica, voltada às demandas externas de abastecimento dos grandes centros do país, esse modelo de economia adotado não foi capaz de acumular recursos locais para se criar uma autonomia, e assim poder superar momentos de crise, fato que será culminante para o declínio da atividade tropeira na região.

O TROPEIRISMO E A DEPENDÊNCIA DOS BENS NATURAIS

Guarapuava, até 1853, era subordinada a jurisdição de Castro e pertencia a Província de São Paulo, sua abrangência ia a oeste até o Rio Paraná, ao norte ao Rio Ivaí e até o Rio Uruguai ao sul, conforme a Figura 02 – Mapa Histórico do Paraná.

Entre as localidades não havia mais do que picadas e pontes precárias, feitas quase sempre em caráter provisório e muito frágil, sendo desestabilizadas constantemente pela ação das chuvas, o que prejudicou e causou muitos transtornos aos desbravadores da região, pois eram grandes os desafios e as dificuldades em se estabelecer certa conexão entre as localidades.

A sua ocupação colocava em prática o projeto de expansão da sociedade campeira dos Campos Gerais para regiões mais ao sul, além de atender ao crescimento da demanda pelo produto da pecuária no contexto nacional, provocando à expansão das atividades ligadas a criação e o transporte do gado e a ocupação de novos territórios.

Seria assim, uma alternativa de articulação com a Estrada da Mata, um trecho de trezentos quilômetros até a cidade de Lages, atual Santa Catarina, a ocupação de Guarapuava se configurava, desta forma, como um novo campo para ampliação da pecuária bem como uma nova e mais adequada rota para o transporte do rebanho advindo de Santa Catarina e Rio Grande do Sul como percebido na figura 03 – Rotas do Tropeirismo pelo Sul do Brasil.

As características adversas do caminho percorrido pelos condutores das tropas

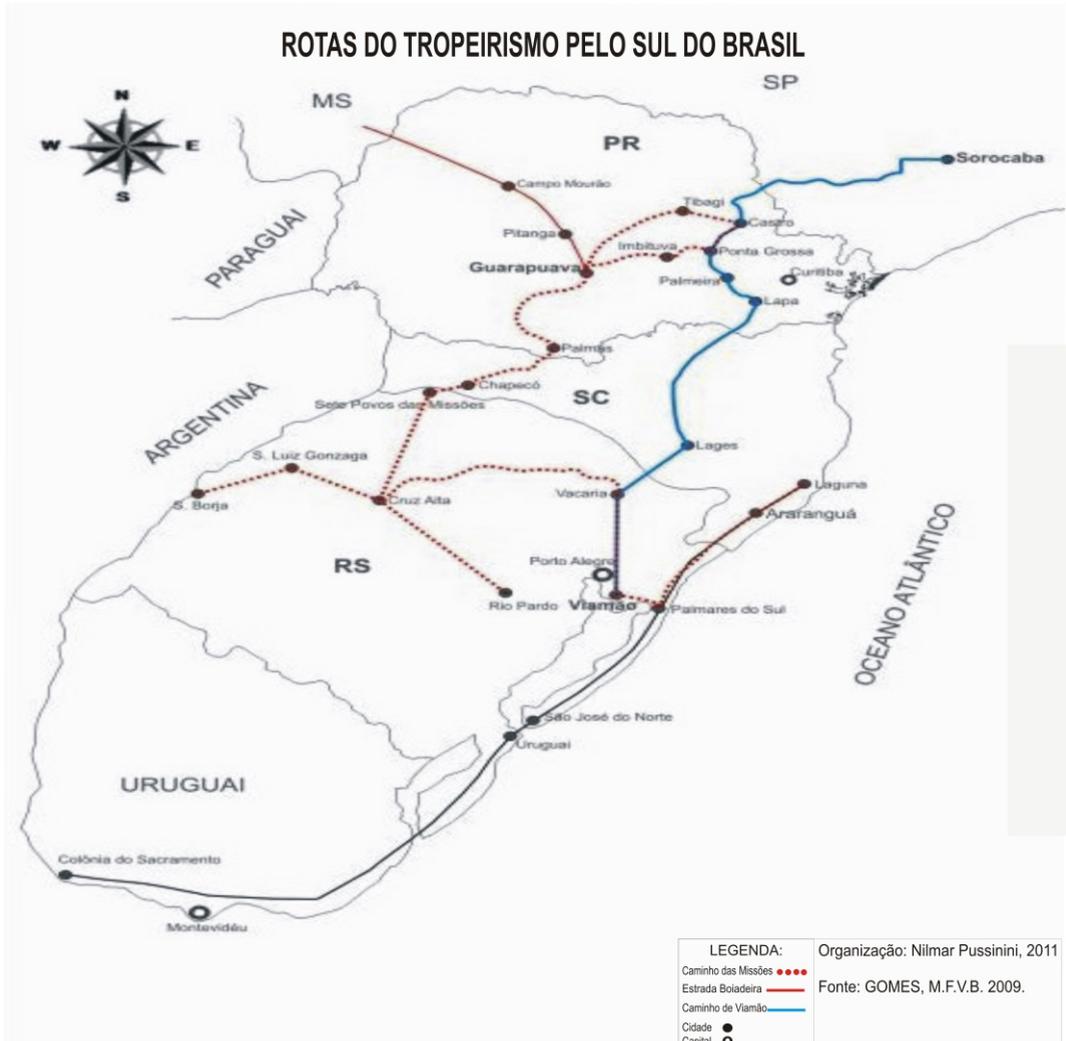


Figura 03: Rotas do Tropeirismo pelo Sul do Brasil. Org: PUSSININI, N. 2011.
Fonte: GOMES, M.F.V.B. 2009.

Além da representatividade política, os membros da sociedade campeira, buscavam também ampliar suas áreas de campo. Com isso, empreenderam várias ações de conquista de áreas a oeste do território guarapuavano, dentre elas merece destaque a ocupação de Palmas em 1840.

Os campos de Guarapuava e Palmas funcionaram como recuperadores dos animais vindos do Rio Grande do Sul, que perdiam peso com a longa distância e com obstáculos naturais como, serras, escarpas, grandes rios e áreas de matas ao longo do caminho. (GOMES, 2009, p. 121).

Por isso, afirma-se que as fazendas de Guarapuava e Palmas constituíam-se não somente em criatório, mas também em invernagem². A dinâmica das fazendas era de uma economia quase auto-suficiente, pois, a maioria das necessidades era suprida com os recursos encontrados nas suas próprias áreas. Com a lã dos carneiros eram fabricadas as vestimentas, com a madeira dos capões eram feitas às casas e as mobílias e do couro do gado fazia-se os aparatos das atividades campeiras, além do fato que a mão-de-obra era quase que exclusivamente escrava e de agregados.

O sistema de criação extensiva empregado exigia grande quantidade de terras, o que configura o caráter latifundiário que predominou na região e consolidou a estrutura da concentração das terras, socialmente hierárquica e servil, modelo este que não sofreu grandes alterações no decorrer do tempo, tendo em vista a configuração atual.

A concessão de terras em Guarapuava seguiu o padrão colonial das sesmarias, que foram distribuídas aos que acompanharam a expedição de conquista dos campos e aos que patrocinaram a viagem. Os sesmeiros receberam áreas de campos e matas, tendo um tamanho médio de cinco mil e cinqüenta alqueires de terra. Em julho de 1822 o sistema de sesmaria foi extinto e, em setembro de 1850 pela lei n° 601, regulamentada pelo decreto n°1318 de 30 de janeiro de 1854, criou-se a Lei de Terras. Com essa lei, as terras pertencentes ao Estado passaram a ser devolutas, e assim poderiam ser comercializadas, vendidas a particulares.

Assim definia-se quem teria direito às terras, fato que culminava com o absenteísmo, ou seja, os fazendeiros mantinham suas residências no segundo planalto, e deixavam suas propriedades nas mãos dos escravos e agregados. Como nos aponta Silva (1995, p. 48) afirmando que *Muitas vezes representantes da classe dominante dos Campos Gerais vinham à região dos Campos de Guarapuava para tomar posse da sesmaria, deixando seus capatazes tomando conta da fazenda, continuando a residir em Ponta Grossa*. Fato também comprovado com documentos da época, conforme Abreu (1986, p. 61) *pelo Rol de Paroquianos de 1835: de 46 fazendas de criar existentes nos campos de Guarapuava, 19 proprietários residiam fora, nos Campos Gerais e em Curitiba, perfazendo um total de 41,3%.*

²Invernagem faz referência a passar o inverno fora da terra, ou à procura de áreas com condições melhores. Lugar onde se coloca o gado para a recuperação, descanso e engorda para posteriormente seguir viagem.

Dessa forma o elemento escravo e agregado³ foram importantes componentes para a formação social de Guarapuava, além de fundamentais para a conquista e ocupação desses campos.

Apesar da relação descrita dos agregados, a mão-de-obra escrava continuou a predominar nos campos de Guarapuava. Estes desempenhavam diferentes atividades, como agropecuária, confecção de artesanatos e ocupações domésticas. Em média cada fazendeiro possuía entre um e dez escravos, merecendo destaque o aumento desse número no período áureo do tropeirismo, entre 1853 e 1863. Assim:

O sistema campeiro, de criação e invernagem, foi constituído, portanto, de uma relação social escravocrata, baseada na grande propriedade e na relação servil, fruto de um período de baixa tecnologia e de movimentação de mercadorias, no qual o papel dos campos, para a criação e invernagem e expansão do sistema, foi fundamental (GOMES, 2009, p. 130).

Um sistema de caminhos foi construído para ligar as regiões criadoras e de invernagem, aos centros consumidores, (Figura 03), destacamos os caminhos de Viamão e das Missões. Esse último cumpriu um papel importante, por encurtar a distância em 40 léguas, e livrar o tropeiro dos impostos pagos a Província de Santa Catarina, além de evitar o Caminho da Mata, que como dito era de difícil ultrapassagem, sujeito aos ataques indígenas e com constantes perdas de animais no trajeto.

Com isso, Guarapuava, por estar no entrecruzamento da rota das Missões, com o Caminho de Viamão, tornou-se um espaço ideal para o criatório, engorda e, até mesmo, entreposto fiscal da região.

Além do transporte dos rebanhos, o tropeiro desempenhou diversas funções nesse contexto, como: a transmissão de recados e notícias além do transporte de encomendas e ainda a mediação de negócios. Assim, esta figura representou um importante personagem na circulação de mercadorias e capitais. Com o tempo, o capital acumulado e as relações estabelecidas culminaram também em uma representatividade na esfera política, fato constatado em Guarapuava, onde os tropeiros estavam diretamente ligados ao poder local.

³Eram agregados homens e mulheres livres, mas dependentes dos antigos senhores. Se não possuíam laços familiares, o vínculo era estabelecido pelo compadrio, ou seja, através do batismo criava-se um laço entre esses sujeitos, no qual o afilhado devia obediência ao padrinho, tendo este como um segundo pai. Seu trabalho era remunerado, residiam nas fazendas, na qual faziam roça em um pedaço de terra e desempenhavam funções como: capatazes, capangas, feitores e peões.

O auge do tropeirismo foi entre 1845 e 1860. Nesse período, boa parte dos fazendeiros deixaram à criação de animais em suas áreas, dedicando-se e dando prioridade a invernagem. Assim, pois, do ponto de vista econômico, o aluguel das terras aos tropeiros consistia em uma atividade bem mais lucrativa do que a criação, que também, associada aos condicionantes naturais acabavam por favorecer esse processo. Muitos dos fazendeiros guarapuavanos transformaram-se eles próprios em tropeiros, fato que mais tarde prejudicou a qualidade dos rebanhos locais. (SILVA, 1995).

AS PRÁTICAS NOCIVAS DO TROPEIRISMO E A CRISE DO SISTEMA CAMPEIRO

A intensa exploração dos campos, associada ao sistema arcaico e nocivo do uso da terra, prejudicou, em muito, a qualidade dos campos. Soma-se ainda o uso indiscriminado do fogo, que contribuía ainda mais para aumentar a acidez e a aluminização dos solos. Tais situações seriam fatores para explicar a crise do sistema observado nos anos seguintes. Complementando as afirmações:

O pastejo seletivo de ervas e gramíneas, o pisoteio e o uso sistemático do fogo, transformaram as áreas em espaços poucos produtivos e, em pouco tempo, os fazendeiros ressentiam-se da baixa qualidade dos campos para a pastagem” (GOMES, 2009, p. 136).

Os Campos de Guarapuava apresentavam boa qualidade, contudo, a atividade extensiva sem o manejo, com o tempo, foi responsável pela degradação das pastagens. Conforme Maack (1981), reafirmando a ocorrência constante de queimadas sobre os campos, nos aponta que, a constante prática de queimadas realizadas pelos fazendeiros da região provocou a perda da qualidade dos campos, onde, anteriormente, 0,5 a 1,0 alqueires de terra eram suficientes para alimentar uma cabeça de gado, e naquele momento, em 1968, já eram necessários 1 a 2 alqueires para a mesma função.

Assim, sem que a preocupação econômica tivesse em paralelo com o cuidado com os campos, base natural da atividade campeira, eles foram explorados de forma predatória, reduzindo sua capacidade de produção e exigindo, com o tempo, a inserção da pastagem artificial para os pecuaristas que continuaram no ramo (GOMES, 2009, p. 136).

Nesse ritmo, Guarapuava chegava ao final do século XIX com seus pastos esgotados e com a sociedade campeira em decadência, em função da crise do tropeirismo.

A crise da sociedade campeira, e conseqüentemente do tropeirismo pode ser também explicada pela melhoria dos pastos da Província de São Paulo e pela construção e prolongamento de estradas de ferro que substituíram o modelo de transporte feito em tropas de muares.

Outros fatores locais também podem ser apontados para o aumento da crise no setor, como o não re-investimento de capitais na atividade pecuária e a baixa na qualidade dos rebanhos e das pastagens naturais empobrecidas, bem como o isolamento da região pela falta de boas estradas para o deslocamento do gado (SILVA, 1995, p. 49).

Demonstrando uma antiga reclamação dos fazendeiros dos Campos de Guarapuava, a demanda pela abertura e melhoria das estradas para o deslocamento do gado, foi um elemento fundamental para que Guarapuava saísse do isolamento geográfico e se integrasse economicamente às demais regiões do Estado.

Contudo, o fato é que a sociedade campeira não investiu seu capital em alternativas de produção, que pudessem suportar os períodos de crise; pelo contrario, desestimulou a produção agrícola de produtos básicos de alimentação (GOMES, 2009, p.137).

Ao que se apresenta, a sociedade campeira dos Campos de Guarapuava preocupou-se muito mais em destinar os louros da atividade econômica do tropeirismo para a manutenção de seu padrão de vida nos centros urbanos do que para melhorar as infraestruturas e técnicas no campo, o que poderia ser uma alternativa para os períodos de dificuldades enfrentados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto o ciclo de atuação da atividade campeira teve um peso significativo para a colonização e a constituição da cidade de Guarapuava e da região como um todo, tendo em vista que os processos realizados nesse contexto se davam de maneira generalizada e em grandes porções territoriais.

As formas de apropriação dos recursos naturais nesse período, bem como as práticas do campo e as relações entre a sociedade eram ditadas pela dinâmica da atuação da sociedade campeira, por isso afirmar-se que o tropeirismo foi a primeira, e talvez, a mais importante atividade econômica praticada em Guarapuava e região. Mesmo o ambiente urbano, recém estabelecido, ou em caráter de constante implantação era um reflexo das práticas e acontecimentos vinculados a atividade campeira, fato que nos dias

atuais não se percebe grande alteração.

A configuração atual de Guarapuava e de praticamente todo o centro-sul paranaense é marcada pela grande concentração de terras, ou seja, de caráter latifundiário. São grandes as porções territoriais com um domínio de restritos grupos ou membros detentores da posse de tais áreas.

Esse fenômeno pode perfeitamente ser explicado pelas características e objetivos da sociedade campeira que foi a desbravadora, a pioneira na ocupação dessa porção do Estado. As intenções eram expandir e ampliar os domínios dessa sociedade instaurada no segundo planalto para estas áreas mais ao sul, e como consequência temos esse ambiente rural constituído com o esmaecimento do pequeno proprietário em detrimento da cada vez mais presente ação dos grandes possuidores de terras na região.

Concluimos que o tropeirismo e principalmente a figura do tropeiro proporcionou e influenciou toda a dinâmica de apropriação e ocupação da região dos campos de Guarapuava, tanto do aspecto econômico e fundiário como relatado acima, como no aspecto ambiental a exemplo das práticas de apropriação social da natureza e do âmbito social/cultural implantando todo um modo de vida com costumes e simbologias próprias desse sistema, talvez esse seja o grande e único legado positivo de tal prática.

REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA

ABREU, A. T. G. de. **A posse e o uso da terra: modernização agropecuária de Guarapuava.** Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte. Curitiba, 1986.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Lei nº 12** de 17 de Julho de 1852. Restaura à categoria de vila a freguesia do Bethlém na comarca de Curitiba, com título de Vila de Guarapuava.

GOMES, Marquiana de F. V. B. **Trajatória Ambiental de Guarapuava: leituras da paisagem.** Tese Doutorado -Presidente Prudente: [s.n], 2009 352 f.

INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS – ITCG/PR. **Coletânea de mapas históricos do Paraná – 1876 a 1948.** Curitiba. 2009.

KRÜGER, N. **Guarapuava: seu território, sua gente, seus caminhos, sua história.** Edição do autor. Guarapuava, 2007.

MAACK, R. **Geografia física do Estado do Paraná.** 2ª ed. Rio de Janeiro: J.

Olympio; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Lei 601** de 18 de Setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Decreto 1.318** de 30 de Janeiro de 1854. Manda executar a lei nº 601 d 18 de Setembro de 1850 (lei de terras).

PUSSININI, Nilmar. Resgate Histórico da Apropriação Social da Natureza em Guarapuava: Eventos e Processo 1819-1930. In: **Simpósio Internacional de História e Desastres Ambientais**. UNICENTRO, 2011.

SILVA, J. M. **Valorização fundiária e expansão urbana recente de Guarapuava-PR**. 1995. 167f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

TURRA NETO, N. **Múltiplas trajetórias juvenis em Guarapuava: territórios e redes de sociabilidade**. 2008. 533f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista